



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ-UESPI
CAMPUS PROFESSOR BARROS ARAÚJO
LICENCIATURA EM LETRAS PORTUGÊS



WANDERSON PEDRO DA SILVA LUZ

**A SOCIEDADE INVISÍVEL: UM DIÁLOGO ENTRE O CORTIÇO E
QUARTO DE DESPEJO: O DIÁRIO DE UMA FAVELADA**

PICOS-PI
2024

WANDERSON PEDRO DA SILVA LUZ

**A SOCIEDADE INVISÍVEL: UM DIÁLOGO ENTRE O CORTIÇO E QUARTO DE
DESPEJO: O DIÁRIO DE UMA FAVELADA**

Trabalho de conclusão de Curso apresentado à
Universidade Estadual do Piauí – UESPI, Campus
Professor Barros Araújo, como requisito parcial à
obtenção do grau de Licenciado (a) em
Letras/Português.

Aprovado em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Mônica Maria Feitosa Braga Gentil (Orientadora)
Universidade Estadual do Piauí - UESPI

Profa. Dra. Eliana Pereira de Carvalho
Universidade Estadual do Piauí - UESPI

Profa. Esp. Cleriane Pinheiro de Araújo

A SOCIEDADE INVISÍVEL: UM DIÁLOGO ENTRE *O CORTIÇO* E *QUARTO DE DESPEJO*: O DIÁRIO DE UMA FAVELADA

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo investigar os problemas habitacionais do Brasil dos séculos XIX e XX, sob a perspectiva das obras *O cortiço*, de Aluísio Azevedo e *Quarto de Despejo: o diário de uma favelada*, de Carolina Maria de Jesus. A pesquisa visa, ainda, analisar como se deu a resolução dos problemas da carência habitacional vigente no Rio de Janeiro do fim do período colonial e da cidade de São Paulo nos moldes da recente república. Serão feitos paralelos entre o trabalho literário e a realidade social por meio de levantamento bibliográfico de *O Cortiço* e *Quarto de Despejo: o diário de uma favelada*, que, em conjunto com Chalhoub (2017), Valadares (2005), Vaz (1994) e Candido (2006) ajudaram a compreender a complexidade das obras e da sociedade. De posse desse aporte teórico, serão demonstrados elementos da problematização da carência habitacional no Brasil dos séculos XIX e XX, contribuindo, assim, para o pensamento crítico e sociológico. A pesquisa é de cunho bibliográfico, pois busca compreender como se configurou a origem das vicissitudes de moradia em ambas as cidades.

Palavras – chave: Sociedade. Problema habitacional. *O cortiço*. *Quarto de despejo*: o diário de uma favelada.

RÉSUMÉ

Cette recherche vise à étudier les problèmes de logement au Brésil aux XIXe et XXe siècles, à partir des œuvres *O cortiço*, d'Aluísio Azevedo et *Quarto de Despejo: o diário de uma favelada*, de Carolina Maria de Jesus. La recherche vise également à analyser comment les problèmes de pénurie de logements à Rio de Janeiro à la fin de la période coloniale et dans la ville de São Paulo à l'instar de la récente république ont été résolus. Des parallèles seront établis entre l'œuvre littéraire et la réalité sociale à travers une enquête bibliographique sur *O Cortiço* et *Quarto de Despejo: o diário de uma favelada*, qui, avec Chalhoub (2017), Valadares (2005), Vaz (1994) et Candido (1967), a permis de comprendre la complexité des œuvres et de la société. Avec ce soutien théorique, des éléments

de problématisation de la pénurie de logement au Brésil aux XIXe et XXe siècles seront démontrés, contribuant ainsi à la pensée critique et sociologique. La recherche est de nature bibliographique, car elle cherche à comprendre comment les origines des vicissitudes du logement se sont configurées dans les deux villes.

Mots-clés: Société. Problème de logement. L'immeuble. Dump room : le journal d'un habitant d'une favela.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo discutir as possíveis relações existentes entre as obras *O cortiço*, de Aluísio Azevedo e *Quarto de Despejo*: o diário de uma favelada, de Carolina Maria de Jesus. Além de evidenciar a problematização da carência habitacional no Brasil dos séculos XIX e XX, através do *corpus* literário citado.

Os séculos XIX e XX foram marcados por intensas transformações sociais e geográficas. As revoluções industriais, o fim do regime escravocrata, migração e emigração de europeus, transformaram as cidades brasileiras em grandes centros urbanos, acarretando os problemas de habitação que se perpetuam até os dias atuais. A solução encontrada pelas camadas mais pobres foram as construções de cortiços, habitações que se tornaram muito populares no século XIX.

O preconceito social e racial vigente na sociedade brasileira do século XIX e XX corroborou para a visão deturpada dessas comunidades que por décadas foram consideradas como um antro social. A elite do Brasil criou o estigma da homogeneidade da pobreza e da criminalidade. O que contribuiu para a guerra que resultou na extinção dessas habitações.

Outro fator que corroborou para a exacerbação do problema de habitação da então capital federal, foi a grande reforma de Pereira Passos. A reforma Passos buscava pôr fim à imagem do Brasil colonial e ascender a cidade carioca a status de grande metrópole, já que uma das metas do governo era incentivar a emigração de europeus para o “embranquecimento” da população nacional, rompendo de vez com o passado escravista. Os reformistas brasileiros usaram como base a

reforma de Paris do século XIX, que assim como no Rio de Janeiro, exclui as camadas mais pobres do centro da cidade.

Partimos do princípio de que na obra *Quarto de Despejo* é evidente o retrato de uma realidade, vista e narrada de forma simples, nas páginas de um diário. Por outro lado, nos transportamos a outra época totalmente distante daquela retratada, encontrada no universo ficcional dentro do romance de Aluísio Azevedo. Isso nos inquieta e nos leva a investigar, nos transportando entre dois universos, e mostrando que esses romances se aproximam e dialogam em suas descrições de fatos e personagens.

Com isso, podemos ressaltar que, propor um trabalho de análise comparativa de fatos e descrições pode favorecer aos leitores das obras, uma reflexão de todo universo histórico e cultural das datas e semelhanças retratadas, como também um comportamento evolutivo da sociedade de ontem e de hoje, e as possíveis influências obtidas na escrita devido a outras leituras.

Queremos a partir desses pontos, construir o horizonte de expectativa do leitor, que busca nas obras literárias a reflexão e o fascínio de viver e reviver em épocas distintas, e sua evolução no ato de perceber e interpretar o universo literário com inúmeras leituras e observações.

Para viabilização deste trabalho tomamos como base as duas obras já citadas, como também algumas citações de teóricos renomados, quando buscam a melhor compreensão de diálogos entre obras.

No que se refere à perspectiva teórica adotada, tomamos como base (Candido, 2006), o autor preza por uma análise sistemática das obras literárias e (Carvalho, 2006), teorizando sobre o procedimento de comparar, fazendo parte da estrutura do pensamento do homem e da organização da cultura, comparando não pelo procedimento em si, mas como recurso analítico e interpretativo, mostrando que o texto é uma absorção e réplica a outro texto, ou vários textos, uma espécie de diálogo entre os textos, por semelhanças em alguns pontos.

1 A PROBLEMATIZAÇÃO HABITACIONAL DO RIO DE JANEIRO DO SÉCULO XIX E DE SÃO PAULO DO SÉCULO XX.

Os séculos XIX e XX são marcados por intensas transformações sociais e geográficas, o fim do regime escravocrata e as revoluções industriais, a migração/imigração transformaram as cidades brasileiras em grandes centros urbanos, o que corroborou para o crescimento acelerado e desordenado das urbes e de sua população. A construção de cortiços foi a solução encontrada pela camada mais pobre da sociedade brasileira para enfrentar os diversos problemas habitacionais do Rio de Janeiro do século XIX e de São Paulo do século XX. Como aponta Fessler Vaz. Segundo Vaz:

As transformações sociais dos séculos XIX e XX, afetaram a dinâmica estrutural da sociedade brasileira. O fim do trabalho servil e as revoluções industriais ocasionaram a ociosidade de milhares de excativos e paradoxalmente incentivou a fuga em massa de camadas rurais e menos abastadas, as principais cidades do país na época como no caso do Rio de Janeiro (Vaz, 1998, p.582)

Os primeiros cortiços são construídos a partir de 1850 e rapidamente se dispersaram por toda a paisagem carioca e paulista, com o advento da industrialização e a campanha do governo brasileiro de incentivar a migração europeia para “embranquecimento populacional” e a imigração interna de áreas interioranas do país para trabalhar nas fábricas e nas lavouras, ocasionando nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro um crescimento exorbitante em sua população e rapidamente a necessidade de moradias baratas para trabalhadores e a limitada disponibilidade de construções para atender a esta demanda, os altos valores dos aluguéis e a possibilidade de obtenção de bons rendimentos por parte dos privilegiados proprietários e arrendatários de prédios e terrenos são fatores que fizeram com que se multiplicassem estas moradias.

A necessidade de moradias baratas para trabalhadores, a limitada disponibilidade de construções para atender a esta demanda, os altos aluguéis, a possibilidade de obtenção de bons rendimentos por parte dos privilegiados proprietários e arrendatários de prédios e terrenos são fatores que fizeram com que se multiplicassem estas moradias (Vaz, 1998, p 583).

À medida que essas habitações se popularizavam as condições de higiene declinavam rapidamente e a elite carioca e paulista criam a imagem estigmatizada de atribuir aos cortiços as mazelas urbanas da época como os surtos epidêmicos. O preconceito social e racial vigente nas sociedades brasileiras

dos séculos XIX e XX, corrobora para a disseminação da ideologia higienista que consistia nos discursos de médicos que lograva a essas habitações de serem uma ameaça/inimigo do desenvolvimento iminente dessas urbes e de serem o lócus da miséria, da violência e da ociosidade.

Diversas medidas que visavam combater a construção de novos cortiços foram tomadas, como o decreto nº 391 de 1903 que proibiam a construção/ou reforma de novas moradias/ou já existentes na então capital federal. A demolição do célebre Cabeça de Porco, o maior e o mais famoso cortiço brasileiro em 1893, foi um marco para o fim dessas habitações populares.

No século XX, tem início a reforma urbana da cidade do Rio de Janeiro, que tinha como objetivo o rompimento com passado colonial e a elevação da cidade a ares de metrópole moderna e civilizada, baseada na reforma urbana de Paris do século XIX, Pereira Passos tinha como meta a transformação do centro da cidade Maravilhosa em um local “civilizado” e convidativo a elite carioca, para isso ordena a retirada/demolição de vários cortiços da região central da cidade, acentuando os problemas de moradia da então capital federal, ocasionando assim a divisão/exclusão das classes sociais devido as “políticas públicas” implementadas com a modernização.

A demolição destas unidades habitacionais infecciosas era, na opinião dos médicos sanitaristas, a solução para eliminação dos focos de contaminação e propagação das doenças fatais provenientes da falta de limpeza, iluminação e renovação de ar, as quais estava submetida dentro do próprio lar a população pobre da cidade (Carpintério, 1997, p. 57).

Assim como ocorrera no Rio de Janeiro, o governo paulista entrou em rota de colisão com essas habitações que eram encaradas pela elite paulistana como uma ameaça/inimigo da ordem pública e do desenvolvimento iminente da cidade, a remodelação da cidade de São Paulo também tinha como base os mesmos princípios civilizatórios da cidade maravilhosa, onde o sistema de moradia das classes menos abastadas eram vistas como um retrocesso em uma urbe que era considerada o motor da industrialização nacional. Essas habitações eram consideradas o foco das epidemias que afligiam a capital paulista em meados do século XX e conseqüentemente lhes atribuíam as causas das mortes dos imigrantes, migrantes esses que eram considerados peças-chave para a

recente industrialização. Para o governo/elite paulistana a imagem da cidade de São Paulo deveria ser moldado de acordo com os moldes civilizatórios que seriam inerentes a uma cidade de grande porte economicamente ativa.

1.1 Os problemas da carência habitacional do Brasil a partir de *O cortiço* e *Quarto de despejo*: diário de uma favelada

O crescimento demográfico atestado no Rio de Janeiro do século XIX, ocasionou diversas transformações na paisagem urbana da sociedade carioca, com destaque o surgimento dos cortiços, instalações paupérrimas que abrigavam uma grande parcela da camada menos abastada da cidade Maravilhosa. Como relata o autor Aluísio Azevedo em *O cortiço*: “Entretanto a rua lá fora povoava-se de um modo admirável, construía-se mal, porém muito; surgiam chalés e casinhas da noite para o dia, subiam os aluguéis e as propriedades dobravam de valor” (Azevedo, 2017, p 26)

O contingente de pessoas que chegavam ao/a Rio de Janeiro/São Paulo se aboletavam nos cortiços e à medida que cresciam seus inquilinos a higienização interna dessas habitações declinavam, logo diversas medidas sanitárias foram impostas para a manutenção/proibição de novas construções classificadas como cortiços. As rigorosas medidas adotadas pelo governo brasileiro, aliado aos altos custos das reformas foi determinante para a extinção dessas habitações.

Sucediam-se as denúncias de médicos-higienistas, relatórios de engenheiros sanitários entre outros, apontando, por um lado, para as péssimas condições físicas das moradias (insalubridade, má distribuição dos espaços internos, falta de iluminação e ventilação, insuficiência e deficiência de instalações sanitárias) e consequentemente degradação da saúde da população moradora nessas condições e por outro lado, para a superlotação, a promiscuidade e a depravação moral que as acompanhava (Vaz, 1998, p 583).

Devido aos surtos de epidemias que assolaram o Rio de Janeiro do século XIX e São Paulo do século XX, a elite brasileira foi abrupta em seu diagnóstico, classificando o sistema de moradia dos pobres como o grande responsável pela disseminação de doenças.

A autora Carolina Maria de Jesus classificava a favela do Canindé como sendo o quarto de despejo da capital paulista, por trás dos belos prédios e áreas

residenciais/turísticas da cidade estava a comunidade em que Carolina residia com seus três filhos, sempre à margem do seio social, a comunidade era comumente classificada pela elite paulistana como uma área insalubre “assim como seus habitantes”, por isso as grandes empresas despejavam seus dejetos na favela. Como aborda a autora. “Eu classifico São Paulo assim: o palácio, é a sala de visita. A prefeitura é a sala de jantar e a cidade é o jardim. E a favela é o quintal onde jogam o lixo” (Jesus, 2014, p 34).

Assim como várias pessoas saíram de sua terra natal com destino a cidade de São Paulo no século XX, Carolina Maria de Jesus sai de Minas Gerais ainda criança, juntamente com a sua família em busca de melhores condições de vida na capital paulista, mas logo se deparou com a dura realidade de uma grande metrópole em desenvolvimento, o número exorbitante de imigrantes/migrantes desencadeou vários problemas habitacionais, aliado ao despreparo das autoridades paulistanas e brasileira em solucionar o problema da carência de moradia no século XX, Carolina se vê obrigada a residir na favela do Canindé, juntamente com a parcela mais pobre da sociedade paulista considerada como a “escória” social. Como aborda Carolina Maria de Jesus em sua obra acerca do preconceito social por parte da elite em relação a favela. “Os vizinhos de alvenaria olha os favelados com repugnância. Percebo seus olhares de ódio porque eles não querem a favela aqui, que a favela deturpou o bairro. Que tem nojo da pobreza” (Jesus, 2014, p 61).

A ausência de políticas públicas voltadas para a inserção da população menos abastada da sociedade brasileira ao seio social corroborou para a “invisibilidade” /exclusão dessas comunidades/seus moradores por décadas, cenário que permanece imutável até meados da década de 1940, quando, durante a era Vargas diversos programas sociais foram criados e pensados com o objetivo de integrar a população residente das favelas a política nacional.

Apesar da mudança de cenário ter sido auspicioso para a população menos abastada e residente das favelas de todo o país, essas políticas públicas surtiram pouco efeito na prática, essas comunidades permaneceram/permanecem a margem da sociedade brasileira até os dias que correm. Segundo (Jesus), os políticos manifestam interesse pelos favelados e pela favela apenas no período

eleitoral, passado o período das eleições não cumprem com as promessas que outrora foram feitas.

O sistema de saúde também entra na pauta de crítica da autora, em 1956, ocorre um surto da doença do caramujo, esquistossomose, os agentes de saúde passam um “filme” que explica para os moradores da favela como ocorre o contágio, porém, o Departamento Estadual de Saúde não ofereceu nenhuma assistência/recursos que ajudassem os moradores da favela do Canindé a combater a doença, mesmo com vários casos confirmados. Como relata Jesus. “160 casos da doença do caramujo, mas o Departamento Estadual de Saúde não deu remédios para os favelados” (Jesus, 2014, p 111).

As condições de salubridade que os moradores da favela do Canindé são obrigados a viver é tema constante nos manuscritos de Carolina Maria de Jesus, que destaca a precária higienização do local como o odor, a lamaçal em dias de chuva e a constante umidade dentro dos barracos. Reiteradamente a autora expressa seu desejo de sair da favela e residir em uma casa de tijolos. Como relata a autora.

Sonhei que residia em uma casa residível, tinha banheiro, cozinha, copa e até quarto de criada. Eu ia festejar o aniversário da minha filha Vera Eunice. Eu ia comprar-lhe umas panelinhas que há muito ela vive pedindo, porque eu estava em condições de comprar. Sentei na mesa para comer, a toalha era alva ao lírio, eu comia bife, pão com manteiga, batata frita e salada, quando fui pegar outro bife, despertei. Que realidade dura amarga! Eu não residia na cidade. Estava na favela, na lama, as margens do tietê. (Jesus, 2014, p 42).

Os manuscritos de Carolina Maria de Jesus trazem à tona a dura realidade de uma camada social que “acostumava-se” a viver sendo estigmatizado como o “sobressalto” social.

2 A INTERSECCIONALIDADE ENTRE OS CONTEXTOS DE VIOLÊNCIA DE RAÇA DE CLASSE/OU GÊNERO E A REALIDADE DE MORADORES DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS EM TELA NO BRASIL DOS SÉCULOS XIX E XX

A modernidade tem como lema a busca de melhorias na condição de vida do homem, no entanto, o/a moderno/modernidade exclui uma demasiada parcela social do seio da sociedade “que não se encaixa” com a égide da modernização.

Na obra *o cortiço* de Aluísio Azevedo, o cortiço São Romão passa a se chamar avenida São Romão após passar por reformas que atendiam as novas exigências de salubridade da prefeitura municipal do Rio de Janeiro. As novas medidas sanitaristas tinham como objetivo remodelar e higienizar essas estalagens. “Mas o cortiço já não era o mesmo; estava muito diferente; mal dava ideia do que já fora” (Azevedo, 2017, p 257). Porém, essas medidas contribuíram para a marginalização de parte dos antigos moradores do cortiço que não dispunham de recursos suficientes para arcar com os custos adicionais da modernização, o personagem João Romão, proprietário da estalagem, sem nenhum remorso punha à rua esses inquilinos menos abastados.

Azevedo recria a realidade da obra *O cortiço*, fielmente ligada ao contexto social brasileiro dos séculos XIX e XX, onde pessoas com recursos tiravam vantagem dos problemas de habitação dos grandes centros urbanos e a construção de habitações paupérrimas como os cortiços e em regiões inóspitas/periféricas como os mocambos no Recife e as favelas no Rio de Janeiro e São Paulo dos séculos XIX e XX, se tornou um comércio lucrativo, na mesma proporção que contribuíam para a acentuar a crise de moradia no país.

Após as reformas na estalagem de João Romão não se aceitava mais “qualquer inquilino”, como é descrito na obra, o capitalista só admitia moradores com recursos/ou por indicação especial, o preço dos aluguéis se elevaram, o que ocasionou uma excessiva mudança nos arrendatários da avenida São Romão, o cortiço se aristocratizava mais a cada dia. Como aborda o autor. “Os preços dos cômodos subiam e muitos dos antigos hóspedes, principalmente italianos, iam, por economia, desertando para o Cabeça de Gato e sendo substituídos por gente mais limpa” (Azevedo, 2017, p 281)

A imagem marginalizada que se criou e recriou durante os séculos de escravidão, ratificou nos séculos XIX e XX a estigma das camadas menos favorecidas da sociedade brasileira em “classes perigosas”. Na obra *o cortiço*, o autor Aluísio Azevedo aborda como se dá a relação entre os moradores do cortiço São Romão e a polícia, após uma briga entre os personagens Jeronimo e Firmo,

o policiamento é acionado, os brasileiros e portugueses que antes estavam divididos apoiando ambos os figurões se juntam em um único grupo contra o “inimigo” em comum, a visão deturpada da elite brasileira é refletida na ação policial que ao adentrar nessas localidades arrasam as estalagens, a violência emerge de ambos os lados. Segundo Azevedo:

Não entra a polícia! Não deixa entrar! E todo cortiço ferveu que nem uma panela ao fogo. De cada casulo espiavam homens armados de pau, achas de lenha, varais de ferro. Um empenho coletivo os agitava agora, a todos, numa solidariedade briosa, como se ficassem desonrados para sempre se a polícia entrasse ali pela primeira vez. E os policiais avançaram com ímpeto, levando na frente o que encontravam, a dar espadeiradas para a direita e para a esquerda, como quem destroça uma boiada. (Azevedo, 2017, p 157).

A disseminação da estigma por parte da elite brasileira que associava os moradores dessas habitações ao seio da violência urbana corroborou para os vários casos de violência entre ambas as partes, ratificando o receio por parte dos moradores de cortiço em relação a ação policial.

A autora Carolina Maria de Jesus relata em sua obra auto biográfica a repulsa social/racial por parte da elite brasileira em relação aos moradores de comunidades periféricas/parcela menos favorecida do país. Quando Carolina é convidada a ir buscar papéis em um hotel de luxo no centro da capital paulista e após encontrar com um homem bem-vestido, a autora relata o desprezo no olhar daquele homem quando a viu. Como nos conta Jesus. “No sexto andar o senhor que penetrou olhou-me com repugnância, já estou familiarizada com estes olhares, não entristeço. O homem estava bem-vestido e eu estava descalça, não estava em condições de andar no elevador” (Jesus, 2014, p 122).

Outro tema abordado por ambos os autores em suas obras é referente a prostituição, motivado pela marginalização dessas classes. O cortiço aborda o tema envolto da personagem Pombinha, menina meiga e gentil que encanta a todos na estalagem, em especial a meretriz Léonie, que a seduz com presentes corriqueiros e logo após o fim do casamento de Pombinha, a garota foge para a casa da amiga e dar início a sua vida de lascívia.

Alguns tempos se passam até que Pombinha regressa a estalagem de João Romão e reencontra com Marianita, filha de Piedade e Jerônimo e logo após o pai

da menina abandonar a família para ficar com a Rita Baiana, Piedade, mãe de Marianita se entrega ao alcoolismo e o sustento das duas advém das esmolas que Pombinha dá a garota. O autor denomina essa situação como um ciclo da prostituição.

Pombinha abria muito a bolsa, principalmente para a mulher de Jerônimo, a cuja filha, sua protegida predileta, votava agora, por sua vez, uma simpatia toda especial, idêntica à que noutro tempo inspirara ela própria a Léonie. A cadeia continuava e continuará interminavelmente; o cortiço estava preparando uma nova prostituta naquela pobre menina desamparada. (Azevedo, 2017, p 285).

A ausência de projetos sociais que amparassem os moradores de regiões periféricas/carentes respalda a permanência das mazelas sociais que é ratificada pela “invisibilidade” dessas áreas.

Em seus manuscritos Carolina Maria de Jesus disserta acerca da prostituição na favela do Canindé, destacando a idade das mulheres, que na época tinham entre 15 e 17 anos de idade, a comercialização do próprio corpo era a “solução” /” saída” que essas meninas encontravam para encarar a dura realidade de escassez e negligência por parte das autoridades que invisibiliza esse grupo social. Como aborda Jesus.

O autor maranhense também denuncia a objetificação do corpo feminino através da personagem Piedade que após a separação/abandono do lar por parte do marido, mergulha no alcoolismo e constantemente é vítima de estupro e pôr estar corriqueiramente ébria não consegue se defender. Como relata Azevedo. “homens malvados abusavam dela, muitos de uma vez, aproveitando-se da quase completa inconsciência da infeliz” (Aluísio, 2017, p 285).

Os moradores de regiões/comunidades periféricas ficavam a margem de vários benefícios sociais como a segurança, saúde, trabalho e uma vida digna, situação essa, que era agravada pela violência de raça, classe ou gênero.

Outro problema social abordado em ambas as obras é a questão da fome, a autora Carolina Maria de Jesus classifica a escassez de alimentos envolto das classes menos abastadas como a nova escravidão. A autora narra a história de um jovem negro que não comia há dois dias e que vem a óbito após comer uma carne que encontrou no lixo. Carolina faz duras críticas aos políticos da época que não se empenham em solucionar o problema da fome quando a pauta são as

classes menos favorecidas. Como versa a escritora. “De quatro em quatro anos muda-se os políticos e não soluciona o problema da fome, que tem a sua matriz nas favelas e as sucursaes nos lares dos operários” (Carolina, 2014, p 43).

O autor Aluísio Azevedo aborda o problema da fome através da perspectiva da personagem Rita Baiana, que ao regressar ao cortiço dá uma festa e convida os moradores que são mais próximos a ela, momentos depois aparece em sua porta os residentes mais paupérrimos da estalagem na esperança de arranjar comida, ao que imediatamente são convidados pela mulata para participarem da festança. Como disserta o autor maranhense. “Defronte da porta de Rita tinham vindo postar-se diversos moradores do cortiço, jornaleiros de baixo salário, pobre gente miserável que mal podia matar a fome com o que ganhava” (Azevedo, 2017, p 90).

A negligência por parte do governo brasileiro em elaborar projetos sociais que amparasse a parcela marginalizada após o fim do regime escravocrata a política nacional, ocasionou diversos problemas sociais que se perpetuam no país.

2.10 Cortiço

A obra de Aluísio Azevedo expõe a realidade de um país que fora construído nos moldes da escravidão, no qual a exploração servil é o lócus da construção social. As páginas de seu livro escancaram a vivência/o modo de viver de uma parcela da sociedade brasileira que está a margem de benefícios sociais. O ponto primordial dos manuscritos de Azevedo está centrado na carência habitacional do Rio de Janeiro do século XIX, tendo como personagem principal o próprio cortiço, que em um primeiro momento é apresentado como uma habitação decadente e insalubre que abrigava os renegados da sociedade carioca e que após passar por reformas se torna sinônimo de exclusão social devido o preço elevado das casinhas, aceitando apenas pessoas com recursos. “O cortiço se aristocratizava” (Azevedo, 2017, p,282). A estalagem que outra fora erguida através das “classes invisíveis”, agora as despreza como a elite do país.

Azevedo relata os problemas sociais do Brasil do século XIX através de seus personagens com ênfase para a crescente demanda habitacional em decorrência da política migratória adotada pelo governo brasileiro e ratificada pela

imigração das camadas sociais de áreas rurais do país para o Rio de Janeiro e São Paulo, as principais cidades brasileiras da época. “À proporção que alguns locatários abandonavam as estalagens, muitos pretendentes surgiam disputando os cômodos” (Azevedo, 2017, p 184).

O sistema escravocrata aliado a política colonizadora do Brasil no período colônia ocasionaram o primeiro inchaço populacional do país, nos séculos XIX e XX, devido o número exorbitante de imigrantes/migrantes que chegavam ao país diariamente ocasionou uma alta na demanda por habitação que simultaneamente a fragilidade da construção civil corroboravam para acentuar o problema.

Outro ponto que o autor expõe é referente ao preconceito social em relação aos moradores de cortiço, o autor aborda essa temática através de dois momentos distintos, o primeiro ao analisar a personagem Pombinha, Azevedo destaca o tratamento especial e o respeito que os outros moradores da estalagem tem pela menina e os presentes que ela recebe por parte dos outros inquilinos por lhes ajudar com as suas cartas, tendo em vista que ela era a única que sabia ler e escrever, esses benefícios fazem Pombinha desfrutar de algum luxo. “Aos domingos, quem a encontra-se à missa na igreja de São João Batista, não seria capaz de desconfiar que ela morava em cortiço” (Azevedo, 2017, p 50). Constituindo assim, a imagem da típica mulher carioca da época, se consistindo em um paradoxo quando comparada com as/ou seus/suas semelhantes.

Outro momento que Aluísio Azevedo relata a visão social da época em relação as classes marginalizadas se dá quando a personagem Rita Baiana regressa ao cortiço e dá uma festa nos moldes brasileiro, o barulho da festança acaba incomodando o Miranda, vizinho aristocrata da estalagem São Romão, que profere xingamentos para os brasileiros, por medo da reação dos locatários de João Romão, Zulmirinha, filha de Miranda pede ao pai que não provoque aquelas pessoas, pois elas são “perigosas”. “Saia daí papai! olhe alguma pedrada, esta gente é capaz de tudo” (Azevedo, 2017, p 89). A visão deturpada em relação a essas comunidades e seus moradores era unânime em uma sociedade construída nos moldes do preconceito racial e social.

A violência de raça é outra pauta fortemente criticada pelo autor, que expõe esse tema através da perspectiva da personagem Bertoleza, que ao lado

de João Romão principiou na venda e na estalagem e durante alguns anos eles mantêm uma relação conjugal que beirava a servidão, pois a mulata trabalhava sem descanso, no entanto, tudo muda quando o português cresce os olhos para a filha do Miranda, Zulmirinha e conseqüentemente passa a desprezar e enxergar a Bertoleza como um “empecilho” para o iminente casamento. “É preciso despachá-la! Despachá-la o quanto antes” (Azevedo, 2017, p 270).

Bertoleza passa a representar uma “ameaça” aos planos de Romão devido a cor da pele, relacionamentos interracializados eram mal vistos em uma sociedade escravocrata e restituí-la a escravidão foi a solução encontrada pelo capitalista e o velho Botelho. “Restituí-la legalmente a escravidão não seria difícil, era só procurar o dono da escrava, dizer-lhe onde estava refugiada e aquele ir logo buscá-la com a polícia” (Azevedo, 2017, p 278). O livro se encerra com a mulata suicidando após ver seu “dono” e a polícia com as espadas desembainhadas prontos para leva-la de volta à escravidão.

Os policiais, vendo que ela se não despachava, desembainharam os sabres. Bertoleza então, erguendo-se com ímpeto de anta bravaria, recuou de um salto e, antes que alguém conseguisse alcançá-la, já de um só golpe certo e fundo rasgara o ventre de lado a lado (Azevedo, 2017, p 293).

O desprezo narrado pelo autor é um reflexo do pensamento social da época que não enxergava as pessoas negras como seus semelhantes, mas como um objeto descartável.

Azevedo também disserta acerca do abandono das classes marginalizadas por parte da elite e do governo brasileiro, realidade abordada em sua obra através dos vários personagens do cortiço, mas em especial pela visão de Leocádia, Mulher do personagem Bruno que é pega em adultério pelo marido e é expulsa de casa, tempos depois o marido descobre as condições de penúria e as constantes humilhações que a mulher está vivendo, como o personagem relata a Pombinha no momento em que a menina escreve sua carta que é endereçada a Leocádia.

Que sei que ela agora está desempregada e aos paus, que está a dever mais de um mês na estalagem. Que acho bom que ela deixe a casa da crioula onde come, porque a mulher já se queixou e já disse, a quem quis

ouvir, que aquilo lá não era ponto de vadios e mulheres de má vida! (Azevedo, 2017, p 178).

Durante décadas não houve a preocupação por parte do governo Brasileiro em resolver os problemas da extrema pobreza no país, deixando a cargo de ações filantrópicas.

2.2Quarto de despejo

Apesar da criação de várias políticas públicas na era Vargas, pensadas e voltadas para as comunidades carentes e a sua inclusão no cenário nacional, a obra *Quarto de despejo*: diário de uma favelada, da autora Carolina Maria de Jesus relata acerca da realidade dos moradores de áreas periféricas, autenticidade “escondida” nos limites dessas comunidades.

Carolina inaugura uma nova literatura quando as pautas são as comunidades carentes, os moradores não são mais retratados por escritores e intelectuais que veem o problema de fora, mas o morador/moradora dessas regiões periféricas dissertam acerca do cotidiano das classes menos favorecidas que vivem a margem da sociedade brasileira.

A fome é tema constante nos manuscritos da autora, onde a busca diária por comida se converte em uma epopeia, apesar de trabalhar incansavelmente todos os dias, Carolina relata a sua “incapacidade” de obter alimentos. “Como é horrível levantar de manhã e não ter nada para comer” (Jesus, 2014, p 110). Realidade partilhada por todos os moradores da favela do Canindé e pela parcela menos abastada do país.

Os preços elevados dos gêneros alimentícios e o custo de vida são os novos suplícios de servidão de uma camada social que há séculos enfrenta os mais diversos problemas de uma sociedade que se desenvolve visando apenas o seio aristocrata e marginalizando um contingente de pessoas que julgam não está apto a pertencer a esse grupo privilegiado. Como relata Jesus. “Ouvi as mulheres lamentando com lágrimas nos olhos que não aguentam mais o custo de vida” (Jesus, 2014, p 110).

A negligência governamental que torna imperceptível as necessidades sociais mais básicas dos cidadãos brasileiros acabam impactando diretamente a vida dos indivíduos mais vulneráveis economicamente do país.

O abandono por parte do poder público em relação a essas camadas vulneráveis socialmente é outro ponto de crítica recorrente na obra de Carolina Maria de Jesus, a autora relata o desprezo e o desapeço por parte dos políticos em relação as comunidades periféricas, que demonstram “interesse” pelos moradores locais durante o período eleitoral. Como expõe a autora:

O senhor Cantidio Sampaio quando vereador em 1953 passava os domingos aqui na favela. Ele era tão agradável, tomava nosso café, bebia nas nossas xícaras. Ele nos dirigia as suas frases de viludo, brincava com as nossas crianças. Deixou boas impressões por aqui e quando se candidatou a deputado venceu, mas na câmara dos deputados não criou nenhum projeto para beneficiar o favelado. Não nos visitou mais (Jesus, 2014, p 34).

O preconceito racial e social também se fazem presentes na obra de Carolina que expõe o tratamento recebido por parte da funcionária de um açougue na capital paulista, a autora descreve o olhar de repulsa da mulher quando a ver chegar no estabelecimento e se nega a vender os produtos do estabelecimento a autora por se tratar de uma mulher negra e favelada. Como expõe Jesus:

Cheguei no açougue, a caixa olhou me com um olhar descontente. Tem banha? Não tem! Tem carne? Não tem. Entrou um japonês e perguntou: tem banha? Ela esperou eu sair para lhe dizer: tem. Voltei para a favela furiosa, então o dinheiro do favelado não tem mais valor? (Jesus, 2014, p 167, 168).

O fim do regime escravocrata era algo muito recente na sociedade brasileira do século XX, a abolição da escravatura não pôs fim ao preconceito de raça e cor e a estigma social que acompanha as pessoas negras e moradores de áreas periféricas que tanto vigorou no país nas décadas seguintes a 1888.

Outro momento em que Carolina relata injúrias raciais se dá em uma fábrica de bolachas no centro da capital paulista, onde algumas mulheres iam até o local na esperança de ganharem biscoitos que não servissem para a venda. A autora disserta acerca do modo como o proprietário do estabelecimento se referiu

aquelas mulheres no momento que explicava a um cliente o motivo da presença delas ali.

Outra temática abordada pela escritora é em relação as precárias condições de salubridade da favela do Canindé, com ênfase para as péssimas condições de higiene em que os moradores são submetidos; constantemente Carolina faz uma analogia entre o centro da capital paulista e favela do Canindé. “Quando estou na cidade na cidade tenho a impressão que estou na sala de visitas com seus lustres de cristais e quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto descartável” (Jesus, 2014, p 39). Carolina classifica a cidade de São Paulo como a sala de visitas, luxuosa e imponente e favela é o quarto de despejo onde se joga todo lixo produzido pela sociedade paulistana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo das obras de Aluísio Azevedo e Carolina Maria de Jesus, a realidade e ficção literária se interseccionam, se de um lado temos a visão de um burguês que viveu aquele período histórico dos cortiços no cenário brasileiro, porém não sentiu na pele aquela dura vivência que relata em sua obra o cortiço, Carolina expõe em textos literários/poéticos a luta diária da camada social menos abastada da sociedade brasileira, trazendo à tona a visão de dentro daquele mundo que por décadas foi completamente ignorado pelas autoridades brasileiras, diferentemente de Azevedo, onde o personagem principal de seu livro é o próprio cortiço, Jesus tem como foco principal a “invisibilidade” dos moradores da favela do Canindé e a epopeia diária que essa parcela social enfrenta para a obtenção mantimentos e recursos.

A literatura se apresenta como o principal instrumento de denúncia social, obras como quarto de despejo e o cortiço apenas ratificam o desempenho histórico-literário no combate aos problemas sociais. Diferentemente do imaginário da sociedade, A literatura vai muito além de uma boa leitura ou da obtenção de conhecimentos por parte dos grupos leitores, é uma forma de entender o mundo e como ele se constitui e compreender as mazelas sociais que nos rodeiam.

A literatura assim como as fontes históricas tem o papel de preservar a memória humana e seus contextos históricos, garantindo assim que a posteridade tenha acesso a uma história que não presenciou, a cultura, valores e modos de vida de outrora. Os fatos históricos contados através da perspectiva literária vai mais fundo nos acontecimentos, relatando minuciosamente os pontos centrais que a história não capturou.

Nesta pesquisa que foram abordados os problemas habitacionais do Brasil dos séculos XIX e XX, revelou que as obras vão além de simples “relatos” históricos-ficcionais, tanto Aluísio Azevedo como Carolina Maria de Jesus escrevem relatos do cotidiano brasileiro da época, textos que buscam expor a realidade daqueles que vivem à margem da sociedade brasileira e ao mesmo tempo querem instigar no leitor o olhar crítico da sociedade para essas regiões tão fragilizadas e martirizadas pelo seio social. Dessa forma as obras permanecem não só como forma de estudar o passado, mas para reflexão e compreensão de como se constituiu a construção do país e os problemas que o acompanha.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Aluísio. **O cortiço**. 1ª edição. São Paulo. Editora. Panda Books, 2017.

CARPINTÉRO, Marisa Varanda. **A construção de um sonho**: os engenheiros-arquitetos e a formulação da política habitacional no Brasil São Paulo – 1917/1940. Campinas: Unicamp, 1997.

CARVALHAL, Tania Franco. **Literatura Comparada**. 4.ed. rev. e ampliada. - São Paulo : Ática, Série Princípios, 2006

CÂNDIDO, Antônio. **Literatura e Sociedade**. 9ª edição. Ouro sobre azul. 2006.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: Cortiços e epidemias na corte imperial**. Segunda edição. São Paulo. Editora Schwarcz S.A, 2017.

LUCCHESI, Bianca Melzi Domenicis. **Transformações urbanas e habitação no final do século XIX**: proibição e permanência dos cortiços na cidade de São Paulo. XXVIII Simpósio nacional de história. 1 - 11

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: o diário de uma favelada**. Décima edição. São Paulo. Editora Ática, 2014.

VALLADARES, Licia do Prado. **A invenção da favela: do mito de origem a favela.com**. Primeira edição. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2005.

VAZ, Lilian Fessler. “Dos cortiços as favelas e aos edifícios de apartamento – a modernização da moradia no Rio de Janeiro”. **Análise Social**, vol. XXIX, 581-597, 1994.

